

DAS RESISTÊNCIAS A UM ENSINO PLURIDIALETAL DE LÍNGUA MATERNA

*Silvana Augusta Barbosa Carrijo Silva**

*Enquanto a língua é um rio caudaloso,
louco e largo, que nunca se detém em seu
curso, a gramática normativa é apenas um
igapó, uma grande poça de água parada,
um charco, um brejo, um terreno alagadiço,
à margem da língua.*

Marcos Bagno

0. Com as contribuições advindas da Sociolingüística, da Lingüística Textual e da Análise do Discurso, muito se tem questionado sobre a natureza do processo ensino-aprendizagem de língua materna realizado nas escolas brasileiras de 1º e 2º graus.

Trazendo à baila conceitos importantíssimos como os de variações lingüísticas, critérios de textualidade, texto e discurso, condições de produção do texto, tais ciências convidam a um (re) pensar a prática pedagógica apresentada por vários professores de língua materna, que contornam o seu trabalho com a unicidade tirânica e contraproducente de um ensino pautado na gramática normativa.

Se se verifica, em pesquisas científicas de programas de pós-graduação, a consciência, por parte do estudioso da linguagem, sobre a necessidade de se trabalhar, na escola, com as outras variedades lingüísticas, além da padrão, verifica-se, por parte de muitos professores de língua materna, resistências à efetivação de um estudo lingüístico, a nível de 1º e 2º graus, calcado no pluridialealismo do educando.

* Professora no Campus de Catalão-UFG – Curso de Letras. Mestranda em Estudos Literários na Universidade Federal de Goiás.

Muitos desses professores, em momentos de discussão e debate sobre a questão da relação estabelecida entre variação lingüística e ensino de língua, concordam com a urgência da necessidade de abertura da escola à pluralidade dos discursos mas, esses mesmos professores, quando de sua atuação em sala de aula, apresentam enorme dificuldade em efetivar um intenso e coerente intercâmbio entre teoria e prática, dando às suas aulas de língua materna um teor que não só não condiz com o discurso outrora defendido mas que também – e por isso mesmo – acaba eternizando a existência de um ensino de língua monodialetal.

Lembrando a importante observação de João Ernandes de Souza (1987), de que qualquer sociedade – seja ela de natureza classista ou igualitária – apresentará em seu bojo forças antagônicas que se encontrarão sempre em intenso embate – as forças conservadoras e as forças progressistas – observamos que tais resistências se devem a diversos fatores que vão, desde o serem esses professores frutos-vítimas de um ensino tradicional obcecado pela uniformidade lingüística até a constatada opção política de alguns (representantes das forças conservadoras da sociedade) por perpetuarem um processo aparentemente homogêneo e eficaz e, sobretudo, confortável, a não exigir leituras, reflexões, disposição para mudanças etc

Como exemplos de argumentos que demonstram a recusa em trabalhar com mais de uma variedade da língua, estão:

- a determinação prévia da natureza dos programas de ensino por parte de órgãos governamentais da Educação;
- a natureza compacta do sistema tradicional de ensino;
- a heterofragilização do educando;
- a exigência aos educandos de uma performance lingüística em norma culta quando de sua participação em processos de seleção tais como concursos vestibulares, concursos públicos etc.

Não se trata aqui de assumir uma postura judicativa em relação aos argumentos desses professores, sem conhecer-lhes muitas vezes, as razões que cerceiam sua prática pedagógica (lembrando, por exemplo, o caso dos professores que atuam, na rede pública de ensino, em regime de serviço pró-labore, cujas cabeças se encontram constantemente sob a espada da demissão) mas sim de analisar mais de perto tais argumentos, vislumbrando-lhes não uma solução pronta e acabada – o que também seria autoritarismo – mas de munir tais professores de instrumentos de crítica e reflexão para que possam delinear, pouco a pouco, uma atitude de mudança quando do trabalho com a língua materna em sala de aula.

Dessa maneira, discutiremos cada um dos argumentos supracitados, contrapondo-os a uma nova forma de pensar a relação variações lingüísticas e ensino de língua materna. Para tanto, dada a complexidade e a abrangência do sistema educacional brasileiro, especificaremos nossa análise somente no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem de língua materna no 1º e 2º graus efetivada nas escolas da rede pública de ensino.

1. Não raras vezes, os professores da rede pública se sentem ameaçados no sentido de estarem trabalhando com mais de uma variedade lingüística, além da variedade padrão, alegando que os programas de ensino já vêm determinados “de cima” e que eles, em vista de garantir o próprio emprego e/ou de manter a política da “boa vizinhança” com seus superiores (delegados de ensino, diretores, coordenadores), vêm-se obrigados a cumprir tais programas.

Com o intuito de refutar tal argumentação, poderíamos citar a atitude de reconhecimento, por parte de Instituições oficiais responsáveis pelo planejamento educacional no Brasil, da diversidade lingüística que, muitas vezes, é camuflada sob uma aparente e conveniente uniformidade lingüística. A esse respeito, vejamos como se manifestam os Parâmetros Curriculares Nacionais, material publicado pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1998:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá,

independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade lingüística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavra, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala.

Vale ressaltar que o referido material não só reconhece a existência da variação nas línguas humanas como também se dirige ao professor de língua materna, advertindo-o de que:

Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor da que a de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado.

Portanto, aos professores que se sentem acuados diante da tarefa de incluir no ensino de língua materna outras variedades lingüísticas além da padrão, os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um expediente de grande valia quando do debate acirrado entre tais professores e representantes das forças conservadoras constitutivas da sociedade, que comungam ainda com um arcaico sistema tradicional restrito ao ensino da variedade padrão quando do estudo de língua nativa.

2. Quanto ao argumento em virtude da natureza compacta do ensino tradicional brasileiro, alguns professores alegam que diretores, coordenadores e pais de alunos se posicionariam contra um ensino pluridialeto de língua materna ao ponto de afirmarem estar o professor ensinando “errado” aos alunos; diante disso, tais professores

optam por empreender um processo ensino aprendizagem menos polêmico, menos comprometedor!

Perpassa por esse argumento pautado uma natureza compacta do sistema tradicional de ensino brasileiro, uma ausência de questionamentos sobre o papel da escola e sobre as relações da mesma com a sociedade.

Nesse sentido, necessário se faz que o professor de língua materna comece a refletir sobre o modelo de homem que pretende formar com sua prática pedagógica, tendo clara sua opção política no sentido de ou perpetuar os instrumentos do poder injusto da sociedade brasileira ou de ir de encontro aos mesmos, numa atitude de consciente transformação. Assim, para aqueles professores que apresentam uma atitude derrotista frente ao papel desempenhado pela escola na sociedade, para aqueles que acreditam não passar a escola de um aparelho ideológico do Estado, ficam as palavras do pedagogo francês, George Snyders (apud Gadotti: s.d., 150):

A escola não é um feudo da classe dominante: ela é um terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada. Ela é terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que se passa na escola reflete a exploração e a luta contra a exploração. Ela é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial; mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação. A escola é uma instabilidade, mais ou menos aberta à nossa ação.

Esse processo de questionamento sobre a conexão escola-sociedade pressupõe a efetivação de um processo de interação entre escola e pais de alunos, no sentido de conscientizar esses últimos sobre a importância de instrumentalizar o aluno com mais de uma variedade lingüística enfatizando, inclusive, que o lar mesmo é o reduto em que se verifica maior liberdade, maior informalidade entre os falantes, no processo de comunicação verbal. Seria importante alertar os pais para que não remetessem, quando da verificação das tarefas

escolares do filho, atributos pejorativos como “errado”, “incorreto”, termos que urgem ser substituídos por “inadequado” de acordo com o efeito de sentido que se pretende criar.

3. Vários professores de língua materna alegam não trabalhar com as demais variedades lingüísticas fundamentados numa espécie de fragilização intelectual apresentada pelos alunos que muitas vezes, vindos de uma classe social desprovida do mínimo de bens para se viver com dignidade, muitos deles trabalhadores explorados nas desumanas oito horas diárias de trabalho, não reúnem condições para apre(e)nderem o mínimo de informações, quanto mais acréscimos de conteúdos nos programas de ensino!

Para melhor vislumbrar a atitude de tais professores, vejamos uma proposta de atividade com vistas a um ensino pluridialeto, apresentada por Travaglia (2000:120):

No caso do exercício (69) dá-se a forma coloquial e pede-se ao aluno que dê a forma culta, padrão, mas o contrário também pode e deve ser feito uma vez que interessa fazer o aluno ter conhecimento da diferença entre as variedades aliado ao conhecimento de quando pode e deve usar cada uma dessas variedades, quando é adequado ou não o uso de uma ou outra forma de (...)

(69) *Exercício de transformação*
Modelo P — Os menino levado quebrara a janela.
A- Os meninos levados quebraram a janela.

Diante desse tipo de orientação, alguns professores argumentam que, se os alunos apresentam uma série de dificuldades para aprenderem a se comunicar em uma só variedade – a padrão – apresentarão uma dificuldade elevada ao paroxismo se se exigir deles que apresentem uma competência comunicativa em mais de uma variedade lingüística. Não raras vezes, professores proferem frases que acabam por fragilizar a capacidade intelectual dos alunos, tais como: “Mas isto vai causar uma tremenda confusão na cabeça do menino!”

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer, em discursos desse teor, uma verdadeira atmosfera de paternalismo para com o aluno, além de uma interpretação fatalista da situação sócio-histórica apresentada pelo educando, como se o curso de sua história de vida estivesse previamente fixado, não podendo pois ser, de maneira alguma, alterado.

Além disso, é preciso perceber que a dificuldade em se expressar de acordo com a modalidade padrão –haja vista o fato de muitos de nossos estudantes concluírem o 2º grau sem conseguirem produzir variados tipos de texto, sem compreenderem os usos e funções da linguagem numa sociedade letrada – advém não de uma incapacidade intelectual por parte dos mesmos, mas da própria natureza do ensino gramatiquero que se vem exercendo em nossas escolas, ensino este empobrecido por atividades taxionômicas e metalingüísticas.

Esta seria então uma das maiores armas contra um ensino unívoco de gramática: a constatação de que atividades monodialetais têm se nos apresentado inoperantes, impedindo uma performance lingüística variada por parte do educando, de acordo com a situação comunicativa por ele vivida.

Quanto à afirmação infundada de que os alunos não suportarão acréscimos no programa de ensino, basta considerar que a variação lingüística como o próprio substantivo variação deixa entrever – não se trata de um acréscimo mas sim de uma faceta de um só conteúdo: o fenômeno lingüístico. À luz de tal evidência, no cenário ocupado exclusivamente pelo estudo da norma culta, surgiria espaço para o estudo de normas outras.

Ainda com relação à referida fragilização do educando, passa completamente despercebida, para alguns professores de língua nativa que enfatizam a considerável dificuldade, por parte do aluno, em ser *poliglota dentro de sua própria língua histórica* (Bechara: 1991, 40) a faculdade que esse aluno apresenta ao se vestir de diferentes formas, dependendo da ocasião – de calça e camisa, numa celebração religiosa, numa festa a rigor; de camiseta e bermuda, numa praia.

A analogia que se faz entre língua e vestimenta é muito pertinente na medida em que se verifica que, assim como vestir-se de

maneira inadequada traria ao indivíduo uma série de constrangimentos, o expressar-se lingüisticamente de maneira inadequada também ocasionaria um sem número de situações de desconforto ao falante que, vivenciando uma interação comunicativa marcada por extrema informalidade, por exemplo, seria taxado como pedante se se expressasse na norma culta, com um estilo rebuscado, intrincado, ficando também comprometida a inteligibilidade, por parte de seu interlocutor, das informações recebidas.

4. Outra objeção apresentada por professores no sentido de abrir a escola à pluralidade dos discursos seria o de afirmarem que a variedade futuramente exigida aos alunos em concursos públicos e concursos vestibulares será a variante padrão. A esse argumento, responderíamos utilizando as tão bem pensadas palavras de Marcos Bagno (1999, 10):

Se é assim, cabe a nós, professores, pressionar pelos meios de que dispomos – associações profissionais, sindicatos, cartas à imprensa – para que as provas de concursos sejam elaboradas de outra maneira, trocando as velhas concepções de língua por novas. Não temos de nos conformar passivamente com uma situação absurda e prosseguir na reprodução dos velhos vícios gramatiqueros simplesmente porque haverá uma cobrança futura ao aluno.

Mas isso se traduz em muito trabalho para o professor! Como se mostram mais cômodas, mais simples, menos trabalhosas as atividades com gramática normativa, muitas vezes formuladas em extensas listas de exercícios que serão corrigidos na lousa, com a resposta previamente apresentada pelo livro didático do exemplar destinado ao professor! Trabalhar com textos, com a hermenêutica e a produção dos mesmos, com as peculiaridades das diferentes situações enunciativas? Que odisséia! Não! É melhor que o vestibular não mude, que continue a exigir uma série de questiúnculas e exceções gramaticais, o que garante a nefasta indústria dos cursinhos pré-

vestibulares no país, todos eles calcados em macetes que requerem apenas a memorização e não o questionamento de seu conteúdo.

É preciso também destituir a avaliação – sejam as freqüentemente realizadas no âmbito da própria escola, seja o próprio vestibular – de suma roupagem de vedete acadêmica – tudo girando em torno dela e para ela – e considerar também que o aluno ingressasse na instituição escolar não só para adquirir conhecimentos que, posteriormente, garantam-lhe um bom desempenho num processo de seleção mas também porque entrar em contato com o saber elaborado e acumulado pela sociedade se faz de suma importância também para outras atividades vitais e humanas tais como interagir com o outro, aprender a conhecer a si mesmo, aprender a contemplar uma obra de arte, contribuir para o desenvolvimento cultural de sua comunidade etc.

Vale ressaltar que, já que se propõe um ensino pluridialeto de língua nativa, não se trata de deixar de trabalhar com a variedade padrão em nossas escolas, o que seria atitude extremista, oscilando de um radicalismo a outro. Não se trata de efetivar um processo ensino-aprendizagem de língua materna pautado na substituição de uma variedade por outra mas sim na extensão da competência comunicativa do aluno, de acordo com as exigências de específicas situações enunciativas.

Assim, em situações formais como, por exemplo, elaborar um requerimento, uma declaração, uma procuração, o aluno precisa estar consciente de que a variedade adequada e exigida nessas situações será a variedade padrão, bem como perceber que ao redigir uma lista de compras, um bilhete para comunicação própria com fins mnemônicos, uma correspondência a uma pessoa com quem mantém laços de familiaridade e intimidade, a variedade esperada será a não-padrão.

5. Um outro tipo de resistência a um estudo mais enriquecedor, no que se refere ao fenômeno da variação lingüística, advém não de um determinado professor de língua materna em relação à sua própria prática pedagógica, mas sim de um outro professor, um seu colega de trabalho que, caracterizado por postura pouco ética, condena a prática

do professor de língua que, porventura, ousar trabalhar com o pluridialealismo.

Encetar um processo ensino-aprendizagem de língua materna que contemple a questão da variação lingüística é, não raras vezes, comprar verdadeira briga dentro da escola, haja vista o fato de esse processo exigir, por parte do professor, inovações metodológicas caracterizadas pelo ludismo, pelo dinamismo, pela criatividade, o que causará sério desconforto àquele professor conservador, acomodado com suas aulas expositivas de giz e saliva.

Assim, ameaçados em sua própria limitação, representantes desse tipo de professor antiquado acabam por tecer conflitos dentro da escola, conflitos que denotam não um processo de positivo questionamento e de verdadeiro compromisso com as causas do aluno, mas sim, uma perversão do processo educativo a questões de caráter eminentemente pessoais.

6. Diante desse quadro de resistências à questão da variação lingüística e ensino de língua e, como toda atitude de mudança implica considerável margem de tempo, como os avanços dentro da história são realizados de maneira paulatina, observamos que, um primeiro passo a ser tomado por esses professores conservadores, seria a tentativa de conscientizar a aluno a não apresentar uma atitude pejorativa, a não ridicularizar (através de atributos como estranho, cômico, errado) o dialeto apresentado por um colega de classe oriundo, por exemplo, da zona rural, portador de uma variedade lingüística diferente da dele mas que, lingüisticamente falando, é tão comunicativa quanto a sua, estigmatizada somente em termos sociais de marginalização e desprestígio cultural. Para um primeiro momento, uma atitude dessa estaria de bom tamanho!

Referências Bibliográficas

- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico – o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão?*

Liberdade? 6ª ed. São Paulo: Ática 1991.

GADOTTI, Moacir. “Educação brasileira hoje: confronto de duas tendências”. In: *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 3ª ed.: Vozes, s.d.

SOUZA, João Ernandes de. *A prática pedagógica: pressupostos políticos*. Goiânia: 1987 (Palestra proferida)

TRAVAGLIA, L. Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.